



Processo nº : 2623/00 (J)

Apenso nº : Anexos I a III

Origem : Secretaria de Cultura

Assunto : Tomada de Contas Especial

Ementa : Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Cultura para apuração dos fatos tratados no Processo nº 150.000.234/97. Prazo vencido sem informação. Representações da 2ª ICE. Determinação. Prorrogação de prazo. Informações prestadas pela jurisdicionada. Pronunciamento do *Parquet*. Nova determinação à jurisdicionada. Cumprimento de diligência. Prorrogação de prazo, com alerta. Remessa da Prestação de Contas do projeto. Manifestação convergente do *Parquet*. Determinação. Prazo vencido sem informações. Representação. Determinação à jurisdicionada. Manifestação da Secretaria de Fazenda. Pronunciamento do *Parquet*. Conhecimento. Determinação, com alerta. Retorno dos autos à 2ª ICE.

RELATÓRIO

O presente processo trata, na origem, da Tomada de Contas Especial, instaurada pela Secretaria de Cultura, para apurar responsabilidade pela ausência da prestação de contas do projeto de filmagem do longa-metragem inicialmente denominado "RUIBACO", hoje com o título de "A Inesperada Visita do Imperador", de responsabilidade da empresa Gilvan Bezerra de Brito - ME, que realizou captação de incentivos fiscais junto a contribuintes do Distrito Federal, no montante de R\$ 567.862,12, com respaldo na Lei nº 158/91, objeto do Processo nº 150.000.234/97.

Este egrégio Plenário, em 24.06.04, pela Decisão nº 2.849/2004, fl. 104, dentre outras providências, resolveu:

"...I - tomar conhecimento da Representação de fls. 98/99; II - determinar à Secretaria de Cultura que envie esforços junto à Secretaria de Fazenda para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do conhecimento desta decisão, encaminhe a esta Corte a Tomada de Contas Especial tratada no Processo nº 150.000.234/97; ..."



Pelo Ofício nº 270/2004-GAB/SEC, de 06.08.04, e anexos, fls. 106/108, o Secretário de Cultura presta informação sobre o cumprimento da Decisão nº 2.849/2004.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A 2ª ICE, pela instrução de fls. 109/112, após examinar o citado expediente, assim se pronuncia:

“ ...

2. *Posteriormente, considerando que o beneficiário apresentou prestação de contas da execução parcial do projeto (Processo nº 150.000234/97) e que essa encontrava-se sendo examinada, a Secretaria comunicou o encerramento da TCE, com fulcro no art. 13, III, da Resolução nº 102/98 (fls. 33/34).*

3. *Por se tratar de matéria envolvendo projeto artístico e cultural, que abarca renúncia de receita, os autos foram remetidos à Secretaria de Fazenda e Planejamento/DF pois, segundo dispõe o art. 46 do Decreto nº 14.412/92, tais contas deverão ser aprovadas por ato do Secretário da Fazenda e Planejamento, após ouvir o Conselho de Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de Cultura (fls. 43).*

4. *Conforme documentação de fls. 56/70 encaminhada pela Secretaria de Cultura/DF, a SEFP examinou as informações apresentadas e concluiu não ser possível opinar sobre a regularidade das contas, em face de diversas irregularidades, tais como: os valores dos cheques constantes da conciliação não são os mesmos dos extratos bancários, ausência de documentos fiscais e existência de itens sem os respectivos valores. Os autos foram devolvidos à origem, por sugestão do Núcleo de Convênios e Subvenções Sociais, para saneamento das pendências e, se fosse o caso, retomar a TCE (fls. 60/61).*

5. *Pela Decisão nº 2482/03 (fls. 76), o Tribunal deliberou:*

‘... III - conceder à Secretaria de Cultura prorrogação de prazo, por mais 30 (trinta) dias, para encaminhamento a esta Corte do Processo nº 150.000.234/97, de interesse de Gilvan Bezerra de Brito, já concluso, sob pena da aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/94;...’

6. *As contas em tela foram encaminhadas ao Tribunal. Entretanto, verificou-se que os autos não estavam conclusos, pois o Processo nº 150.000234/97 deveria ter retornado à Secretaria de Fazenda e Planejamento para nova manifestação.*

7. *Na Decisão nº 6002/03 (f. 95), o Tribunal determinou à Secretaria de Cultura/DF que enviasse o Processo nº*



150.000.234/97 à Secretaria de Fazenda para manifestação sobre os documentos apresentados, relativos a renúncia de receita, devendo, ainda, reabrir a tomada de contas especial ou instaurar outra TCE, caso ficasse comprovada a aplicação irregular dos recursos obtidos por Gilvan Bezerra de Britto.

8. *A determinação acima foi atendida, conforme Ofício nº 447/2003- GAB/SEC (f. 97). A Secretaria de Cultura informou, ainda, que, caso houvesse a reabertura de nova TCE, o fato seria comunicado ao Tribunal.*

9. *Na última apreciação dos autos, o Tribunal decidiu:*

‘II - determinar à Secretaria de Cultura que envie esforços junto à Secretaria de Fazenda para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do conhecimento desta decisão, encaminhe a esta Corte a Tomada de Contas Especial tratada no Processo nº 150.000.234/97...’ (Decisão nº 2849/04 – fl. 104).

10. *Cumprindo a determinação, a Secretaria de Cultura/DF enviou o Ofício nº 270/2004-GAB/SEC (fl. 106), anexando a este o Ofício nº 128/2004-DIRAR (fl. 107/108), da Diretoria de Arrecadação da Subsecretaria da Receita do DF, no qual constam as providências adotadas relacionadas à prestação de contas do Processo nº 150.000.234/97. Na oportunidade, a SC/DF informou que tão logo o assunto se conclua, providenciará seu encaminhamento a esta Corte.*

11. *No Ofício nº 128/2004-DIRAR de fl. 107/108, a Diretoria de Arrecadação da Subsecretaria da Receita do DF informou que o Processo nº 150.000.234/97 encontra-se no Núcleo de Análise de Impacto na Arrecadação da Gerência de Estudos Econômico-Tributários (NUPAC/GERET) para análise de eventual renúncia de receita tributária. Esclarece que isso ‘...tem tomado bastante tempo diante do universo de informações que precisam ser coletadas.’*

12. *A DIRAR informou que está analisando a situação dos Certificados de Incentivo Fiscal relacionados ao caso em tela, a fim de se concluir se estes respaldam o não-recolhimento do tributo em contrapartida à contribuição destinada ao projeto RUIBACO e que isso está obrigando o NUPAC/GERET a consultar todos os processos de compensação em tramitação na Gerência de Gestão dos Tributos Imobiliários (GETIM).*

13. *Os trabalhos de pesquisa e análise que estão se processando na Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda/DF demandam tempo razoavelmente longo, até que se tenha uma conclusão sobre o assunto. Em princípio, acreditamos que a análise da prestação de contas não estaria adstrita à finalização desses trabalhos, pois trata ela da verificação da correta utilização de incentivos fiscais, na forma das disposições contidas no termo de convênio e na legislação pertinente. Assim, cabe ao*



beneficiário apresentar a documentação comprobatória da regularidade do uso dos recursos públicos, caso contrário, as contas estariam irregulares no todo ou em parte.

14. *Diante disso, entendemos que o Tribunal poderá determinar à Secretaria de Fazenda/DF que, nos termos do art. 46 do Decreto 14.412/92, conclua a análise da prestação de contas de que trata o Processo nº 150.000.234/97, manifestando-se conclusivamente sobre a regularidade ou não da utilização dos recursos obtidos por Gilvan Bezerra de Brito.*

...

As sugestões ao egrégio Plenário são vistas às fls. 111/112, com as quais está de acordo o titular da 2ª ICE, fls. 112.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Parquet, fls. 114/118, pronuncia-se nestes termos:

“ ...

11. *Em face das constantes alegações de pendências ou dificuldades, este Tribunal concedeu diversas prorrogações de prazo para o encerramento da Prestação de Contas, objeto do Processo nº 150.000.234/97.*

12. *Importa consignar que este Membro do Ministério Público comunga com as preocupações externadas pelo Ilustre Relator Conselheiro Jorge Caetano no Voto Condutor da Decisão nº 6002/03, quanto ao demasiado atraso na conclusão da referida prestação de contas, desde 23/03/01, ao longo de 3 anos e 6 meses. Aliás essa demora, pode, dificultar, em muito, a atuação do Controle Externo.*

13. *Em diversos julgados esta Corte tem entendido que as reiteradas concessões de prazo tem constituído ponto angular à desobediência de normas que edita e contribuído de forma expressiva para o desacato das deliberações plenárias.*

14. *Assim, considerando a demora no cumprimento de determinação plenária, entende este parquet que deve esta Corte alertar o Jurisdicionado para o disposto no art. 57, inc. IV, da Lei Complementar nº 01/97, o qual estabelece que, em tais hipóteses, cabe a aplicação de multa.*

15. *Diante disso, tendo transcorrido tempo considerável, entende este parquet que se deve conceder a Jurisdicionada um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a conclusão da prestação de contas de que trata o Processo nº 150.000.234/97, alertando-a para a aplicação das sanções contidas no artigo 57, incisos IV, VII e*



§ 1º, da LC n.º 1/94, c/c artigo 182, incisos V e VIII, do Regimento Interno deste Tribunal.

16. *Ante o exposto, este Ministério Público opina por que o eg. Plenário:*

I - determine à Secretaria de Fazenda e Planejamento que, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do conhecimento desta decisão, conclua a análise da prestação de contas, objeto do Processo nº 150.000.234/97;

II - se comprovada a irregularidade na aplicação dos recursos, encaminhe os autos à Secretaria de Cultura/DF para que instaure nova Tomada de Contas Especial para apuração e quantificação do prejuízo, adotando as providências necessárias para o devido ressarcimento.”

É o Relatório.



VOTO

O posicionamento das instruções e o do *Parquet*, na essência, são convergentes, diferindo apenas quanto a prazo e alerta à jurisdição.

Assim, acolhendo a sugestão do órgão instrutivo, com o acréscimo do parecer do *Parquet*, VOTO no sentido de que este egrégio Plenário:

I - tome conhecimento:

- a) dos documentos de fl. 106/108, considerando satisfatoriamente atendida a diligência;
- b) da instrução de fls. 109/112;

II - determine à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal que:

- a) conclua a análise das contas de que trata o Processo nº 150.000.234/97, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, alertando para o disposto no art. 57, incisos IV e VII, e § 1º, da Lei Complementar nº 01/94, no caso de injustificado atraso;
- b) encaminhe o citado processo à Secretaria de Cultura do Distrito Federal, se comprovada irregularidade na aplicação dos recursos, para que aquela jurisdição instaure nova Tomada de Contas Especial para apuração e quantificação do prejuízo, adotando as providências necessárias para o devido ressarcimento;

III - autorize a devolução dos autos à 2ª ICE para continuidade do acompanhamento.

Sala das Sessões, de novembro de 2004.

JORGE CAETANO
Conselheiro-Relator